

À beira do precipício ambiental

Guilherme Stolle Paixão e Casarões*

Uma Venezuela desmatada nos últimos cinco anos! Este talvez seja o dado mais alarmante do relatório GEO Amazônia, divulgado no recente encontro do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). Se alguns relatórios publicados pela ONU, como aquele sobre criminalidade que responsabilizava a cidade de São Paulo por 1% dos homicídios no mundo, foram objeto de condenação pública em função de dados desatualizados ou equivocados, não há o que contestar a respeito do documento apresentado pelos especialistas ambientais.

A situação do ecossistema amazônico é alarmante e, como todo e qualquer problema ambiental, demanda soluções que transcendem as fronteiras nacionais. Ações coordenadas entre os governos da região são imprescindíveis e devem mobilizar não somente os respectivos poderes públicos, mas também o setor privado, parte do qual tem no desmatamento amazônico sua principal atividade lucrativa.

Nenhum cenário tratado pelo PNUMA é particularmente otimista. Isso porque a articulação entre mercado, Estado e tecnologia é delicada e envolve um número muito grande de interesses, geralmente opostos, e nem todos com vistas ao desenvolvimento sustentável. Em todo caso, a mobilização internacional em torno de avanços tecnológicos já se encontra em marcha e não deve ser o problema maior a ser enfrentado; o esforço público parece representar a maior possibilidade de mudança (para melhor ou pior) da condição amazônica. A partir da iniciativa governamental, que envolve um controle mais rigoroso da urbanização em zonas geralmente remotas, a aplicação efetiva da lei contra os desmatamentos criminosos e uma regulamentação mais detida das atividades agrícolas nas regiões de florestas, indivíduos e empresas tenderão a fazer sua parte.

Como o relatório do PNUMA possui caráter exclusivamente recomendatório, resta saber como cada nação pretende levar

adiante seu programa de desenvolvimento sustentável. A Colômbia, há tempos mergulhada em um conflito civil, dificilmente conseguirá priorizar esse ponto da agenda governamental. Outros países amazônicos, empobrecidos e com dificuldades políticas, situam-se entre a cruz e a espada: ou preservam sua área verde em detrimento de oportunidades de desenvolvimento, ou permanecem na contramão do meio ambiente.

Nesse contexto, mesmo que o Brasil tenha sido exemplar em seus progressos, nada nos autoriza afirmar que estamos no caminho ideal. Há pouco menos de um ano, a então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, viu-se obrigada a renunciar em função de suas divergências com o restante do governo no tocante à preservação amazônica. À época, a ministra sugeriu que a Amazônia estava sendo desmatada de maneira irresponsável por agricultores e pecuaristas, e foi publicamente advertida pelo presidente Lula, que comparou o desmatamento no Brasil a uma “coceira” – incômoda, mas contornável – em oposição a qualquer doença mais grave. Hoje, o GEO Amazônia mostra ser a coceira de fato severa, com risco de se tornar irreversível, e que a cura depende da dedicação do enfermo. E cabe a nós, parte interessada nas consequências ambientais do desmatamento, acompanhar o tratamento e cobrar resultados que nos são devidos.

***Guilherme Stolle Paixão e Casarões, professor das Faculdades Rio Branco, é mestre em ciências Políticas pela USP, especializado nas relações entre os países da União Européia e organismos internacionais**